

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICO DE MS
AGEPREV

RELATÓRIO DO PASSIVO JUDICIAL 2026

Mapeamento, Contingenciamento, Análise de Risco Jurídico
do Passivo Previdenciário do RPPS/MS

Exercício:	2026
Período de Referência:	janeiro a setembro
Unidade Gestora:	Ageprev
Responsável pelas informações jurídicas:	PPREV/PGE-MS

Campo Grande – MS
Outubro de 2026

1. OBJETIVO

O presente Relatório do Passivo Judicial tem por finalidade apresentar, de forma objetiva e transparente, o panorama das demandas judiciais de natureza previdenciária relacionadas à Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS, a partir das informações disponibilizadas pela Procuradoria de Assuntos Previdenciários – PPREV, da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul – PGE/MS.

O levantamento contempla o **mapeamento quantitativo e qualitativo** das demandas em acompanhamento e da movimentação registrada no período, bem como dos aspectos financeiros informados pelas áreas competentes, de modo a subsidiar o acompanhamento do passivo judicial, a identificação de situações que demandem atenção e o adequado tratamento das obrigações decorrentes das demandas judiciais.

A elaboração do relatório atende às diretrizes de transparência estabelecidas pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, especialmente quanto à divulgação de relatório de avaliação do passivo judicial de responsabilidade da unidade gestora.

2. MAPEAMENTO E SITUAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL

No período de referência, compreendido entre janeiro e setembro de 2026, foram registrados **844 novos processos judiciais** no sistema PGE NET, no âmbito da Procuradoria de Assuntos Previdenciários – PPREV.

Além da movimentação ocorrida no período, a PPREV informou a existência de **2.894 processos judiciais em acompanhamento**, relacionados a matérias previdenciárias de competência do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul.

O conjunto das demandas abrange, entre outras matérias, aposentadorias, pensões, reforma e reserva remunerada, reconhecimento e averbação de tempo de contribuição, reconhecimento de tempo especial, integralidade e paridade, revisão de benefícios e pedidos relacionados a diferenças e pagamentos retroativos.

O levantamento permite identificar a dimensão e o perfil do passivo judicial previdenciário, distinguindo o **estoque de demandas em acompanhamento** da **entrada de novos processos no período**, informação relevante para o acompanhamento de sua evolução.

3. ASPECTOS FINANCEIROS E CONTINGENCIAMENTO

A partir das informações disponibilizadas pelas áreas competentes, o passivo judicial identificado apresenta **valor estimado de R\$ 8.600.000,00**, conforme dados disponíveis e avaliação da área responsável.

O valor possui natureza estimativa e deve ser analisado de acordo com a situação processual de cada demanda, considerando que o valor da causa, os cálculos, as decisões judiciais e os

demais elementos processuais podem alterar o montante efetivamente devido e eventualmente sujeito a pagamento.

Nesse contexto, o acompanhamento sistemático das demandas e de sua evolução constitui elemento relevante para o **adequado tratamento e contingenciamento das obrigações judiciais**, favorecendo maior previsibilidade quanto aos compromissos que possam decorrer das demandas em tramitação.

As informações relativas aos **precatórios e às requisições de pagamento** são tratadas de forma específica pela Procuradoria de Precatórios – PPREC/PGE-MS, inclusive quanto aos valores e às projeções de pagamentos, quando aplicáveis, constituindo informação complementar ao acompanhamento do passivo judicial.

4. ANÁLISE DE RISCO JURÍDICO

A quantidade e a diversidade das demandas judiciais evidenciam a necessidade de acompanhamento contínuo dos processos previdenciários, considerando sua natureza, evolução processual e possíveis repercussões financeiras.

A **análise do risco jurídico** deve considerar, entre outros aspectos, a recorrência das matérias judicializadas, o volume de novas demandas, o estágio de tramitação dos processos, a existência de decisões com potencial de gerar obrigações financeiras e a evolução dos valores envolvidos.

O acompanhamento desses elementos contribui para a identificação de situações que possam demandar atenção específica das áreas competentes e para o aprimoramento dos controles relacionados à gestão do passivo judicial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado para o período de janeiro a setembro de 2026 demonstra a existência de **2.894 processos judiciais em acompanhamento**, além do registro de **844 novos processos** no período, relacionados a diferentes matérias previdenciárias.

A sistematização dessas informações possibilita o **mapeamento do passivo judicial**, favorece o acompanhamento de suas repercussões financeiras e contribui para o tratamento das obrigações decorrentes das demandas, bem como para a identificação de riscos jurídicos relacionados à sua evolução.

O presente relatório constitui retrato das informações disponíveis no período de referência e deverá ser atualizado periodicamente, de acordo com a evolução dos processos judiciais e a disponibilização de informações pelas unidades competentes, especialmente quanto aos valores envolvidos, decisões judiciais, precatórios e obrigações eventualmente constituídas.

A utilização e divulgação das informações deverão observar as competências institucionais das unidades responsáveis e os limites legais aplicáveis à proteção de dados pessoais e às informações submetidas a sigilo, assegurando-se, simultaneamente, a transparência das informações de interesse público.

Campo Grande – MS, 2 de outubro de 2026.

Selmo Cassimiro da Silva

Diretor-Adjunto da Diretoria-Adjunta/Ageprev